

Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!

Definitely, Marx was not a classic economist!

Adriano Lopes Almeida Teixeira*

Resumo

Fugindo das análises usuais sobre a relação entre Marx e os clássicos, que destacam apenas a incorporação ou a rejeição de aspectos teóricos destes últimos por aquele, o presente artigo busca realçar que a crítica da Economia Política de Marx restou realizada a partir do momento em que ele conseguiu submeter o objeto de pesquisa dos economistas clássicos a uma operação específica, embora de cariz hegeliano. O movimento de supressão (*Aufhebung*) comandado pelo método dialético aparece, pois, como recurso inescapável do projeto marxiano, lançando luzes sobre o lugar da Economia Política clássica na obra teórica do autor.

Palavras-chave: Economia Política clássica; crítica da Economia Política; método dialético, supressão.

Abstract

*Fleeing from the usual analysis on the relationship between Marx and the classics, which only highlight the inclusion or rejection by Marx of theoretical features of classical authors, this article seeks to emphasize that Marx's critique of Political Economy was accomplished from the moment he managed to submit classical economists object of study to a unique operation, although Hegelian in nature. The superseding (*Aufhebung*) movement entailed by the dialectical method thus appears as an inescapable feature of his project, enlightening the role of classical Political Economy in Marx theoretical works.*

Keywords: *classical Political Economy; critique of Political Economy; dialectical method, superseding.*

* Doutor em Economia pela UFMG/CEDEPLAR. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo

1) Introdução

De forma geral, os manuais de história do pensamento econômico encontram dificuldades em situar Marx na sequência dos capítulos. Quando não reservam para ele um mero apêndice, costumam colocá-lo entre os economistas clássicos, como se isto fosse uma concessão honrosa. É comum também encontrar nos referidos manuais apenas indicações de que o pensamento de Marx melhor se define como obra de cunho filosófico ou político.

Todo este incômodo não é necessariamente sem razão. Embora seja resultado de preconceitos ou de desconhecimento, o desdém a ele imputado naquelas obras se revela despropositadamente apropriado quanto mais se conhece a obra de Marx, pois, de fato, ele não se enquadra aos parâmetros usuais de classificação dos grandes autores do pensamento econômico. É preciso, pois, recorrer à biografia pessoal do autor e à própria história.

Quando, em 1841, Frederico Guilherme IV ocupa o trono da Prússia, propagou-se uma expectativa de abertura democrática na Alemanha, que logo se frustrou. Num contexto em que até a Universidade de Berlim foi tomada por esse espírito reacionário, com a destituição de diversos professores ligados a Marx, este parte de Berlim para Colônia, onde vai trabalhar num jornal chamado *Gazeta Renana*. Chegando ao posto de editor-chefe e tendo que dar conta das novas questões político-econômicas, Marx vai logo perceber que nem a sua bagagem filosófica, nem argumentos políticos ou jurídicos, seriam suficientes para a empreitada que se colocava a sua frente.

Marx tinha sido colocado diante de questões concretas que demandavam conhecimentos sobre a vida material da sociedade, passíveis de serem satisfeitos apenas pela emergente ciência da Economia Política, como muitos anos mais tarde ele admite no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política (Contribuição)*, de 1859:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...] mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política (Marx, 1986a, p. 24).

Se, por um lado, Marx entende que é preciso recorrer à Economia Política, por outro ainda iria permanecer ocupado por alguns anos no ajuste de contas com a filosofia de seu tempo. Começa um processo complexo. Marx critica a teoria do Estado de Hegel e a especulação subjacente, propósito para o qual Feuerbach lhe era útil, mas logo se dá conta que este também precisava ser criticado. A

crítica da Economia Política começa a sofrer reiterados adiamentos, muitas vezes explicados apenas pelas idiossincrasias de Marx.

Ele logo se deu conta de que precisava se aparelhar, se munir do melhor da Economia Política, sem se desfazer-se das possibilidades que as outras áreas do conhecimento lhe ofereciam. O caráter mistificado da sociedade capitalista teria que ser incorporado à análise. Esse caráter mistificado teria que ser analisado, enfrentado, cotejado, pois, como ele vai dizer muitos anos depois, “nas estruturas sociais anteriores, essa mistificação econômica era menor [...]” (Marx, 1985a, p. 954).

A obra de Marx, porém, não seria uma mera continuidade da Economia Política clássica. Esta também não seria para Marx uma espécie de porão para onde ele pudesse se dirigir e lá encontrar um compartimento estanque de conhecimentos. Era necessário recuperá-los, incorporá-los, mas também rejeitá-los, num movimento de suprassunção¹, que permitiria a Marx fazer a crítica da Economia Política. Sem esse tipo de crítica, a escolha das categorias obedecendo a critérios subjetivos e convenientes denotaria um procedimento que aponta para o capitalismo como um sistema natural diretamente inteligível e tão explícito como foram, em certa medida, o escravismo e o feudalismo.

A crítica da Economia Política restou realizada a partir do momento em que Marx consegue, finalmente, submeter o objeto da Economia Política a uma operação específica, embora de cariz hegeliano. Por isso, fugindo das análises usuais sobre a relação entre Marx e os clássicos, que destacam apenas a incorporação ou a rejeição de aspectos teóricos, o presente artigo busca realçar o movimento de suprassunção como recurso inescapável da crítica da Economia Política de Marx. Para tal, a próxima seção apresentará, de modo sumário, alguns aspectos do caráter mistificado da sociedade capitalista. Em seguida, questões relacionadas ao método dialético de Marx serão discutidas, para, na última seção, abordar os elementos considerados centrais da relação que Marx estabeleceu com os economistas políticos clássicos, com ênfase no caso da mais-valia.

¹ “Com efeito, para Marx, como para Hegel, o trabalho da crítica é uma operação de apropriação, de suprassunção, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo em que se descarta o que no objeto está perfeitamente morto” (De Paula e Cerqueira, 2013, p. 9). Sobre o debate em torno da tradução para o português do termo alemão *Aufhebung*, as ponderações feitas pelo tradutor da *Sagrada Família*, Editora Boitempo, são bastante esclarecedoras: “Suprassunção [...] é a palavra que mais se aproxima de abranger as diferentes facetas do conceito dialético original: a eliminação, a manutenção e a sustentação qualitativa do ser que suprassume [...]. Se *Aufhebung* significa, em seu sentido pleno, ‘superar’, ‘subsumir’ e ‘reter traços’ em direção à fase seguinte do processo dialético – salto com conservação, conforme já se disse – ‘suprassunção’ não está longe de alcançar a integridade deste conceito” (Backes, 2011, p. 12).

2) O caráter mistificado da sociedade capitalista

Marx herdou dos economistas clássicos, notadamente Adam Smith e David Ricardo, um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista que lhe seria útil, como ele reconhece ao longo de toda a sua vida. Categorias como o trabalho, salário, lucro, renda da terra, capital, e outras, não foram pioneiramente escolhidas ou inventadas por Marx. Além de serem categorias visíveis na realidade econômica, o trabalho de Adam Smith e David Ricardo em torno delas legaria a Marx um rico conjunto de informações e conhecimentos, que serviriam como ponto de partida e de confronto ao longo de sua trajetória intelectual. Tendo deles recebido a teoria do valor-trabalho, cuja ideia central era que o valor de troca das mercadorias era medido pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las² e que os seus preços oscilam em torno dos seus valores de troca, Marx fica

profundamente impressionado com a semelhança que existe entre esse tema central dos economistas e a doutrina central da Filosofia da História de Hegel: *a ação dos homens produz algo completamente diferente do que eles pretendem, do que conhecem e do que desejam* (Dobb, 2003, p. 65).

Se o capitalismo tinha em comum com os sistemas anteriores o fato de ser um sistema de classes, por outro lado, diferenciava-se por se apoiar numa dicotomia entre possuidores dos meios de produção e trabalhadores que nada possuíam, a não ser sua força de trabalho. O modo de produção feudal entrou em esfacelamento, e junto com ele as classes e o conjunto das relações sociais que o caracterizavam. Era possível perceber que a relação entre capitalistas e trabalhadores assentava-se em bases diferentes das que existiam entre senhores proprietários e servos de outras sociedades, mesmo que também divididas em classes.

Na sociedade feudal as conexões sociais apareciam abertas, visíveis a olho nu. Se o servo trabalhava três dias por semana nas terras do senhor feudal e o restante da semana para si, tornava-se explícita e incontestável a exploração a que ele era submetido, por destinar cerca de metade do seu tempo a gerar excedente para outrem. Ainda que algum grau de mistificação pudesse existir (basicamente a mistificação religiosa), não necessariamente se deveria considerar enigmático o instituto da *corveia* ou da *talha*, por exemplo. No caso destes, parte do tempo de trabalho ou da produção obtida era repassada para o proprietário do feudo, recebendo o servo como contrapartida o direito à parte restante. Quando o servo usasse os fornos, moinhos e demais instalações do castelo, ficava obrigado

² Posteriormente, no âmbito do debate trabalho incorporado *versus* trabalho comandado, Ricardo corrige Smith dizendo que o valor, em qualquer época, não é medido pelo que o trabalho pode comandar, mas pelo tempo de trabalho incorporado às mercadorias.

a pagar a *banalidade*. Se os pais dos servos morressem e estes quisessem continuar vivendo o feudo, teriam que pagar uma taxa chamada *mão-morta*, para poderem continuar vivendo no feudo. Vê-se que a aparência exterior desses impostos e taxas já deixava transparente por si só o conjunto das relações sociais existentes. “No regime feudal [...] as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, antes produtos do trabalho” (Marx, 1989, p. 86)³.

Em muitos aspectos, as taxas e impostos supracitados assemelham-se a institutos ou categorias específicas do capitalismo, embora estas últimas estejam envoltas por uma roupagem que mistifica sua origem e nubla suas conexões interiores, gerando contradições entre a forma como eles aparecem e a essência íntima do sistema. Se na sociedade feudal a percepção das relações sociais ficava facilitada por existirem relações permanentes de produção entre o servo e o seu senhor, bem como pelo fato de que a relação social de subordinação tinha raízes no direito consuetudinário, por outro lado, na sociedade capitalista, as relações de produção diretas entre as partes envolvidas são continuamente restabelecidas, dado que essas relações não são permanentes. O capitalista precisa periodicamente comprar o direito de usar o trabalho do trabalhador, que aparentemente tem liberdade de escolher para quem quer trabalhar.

Referindo-se à mistificação econômica, Marx (1985a, p. 954) esclarece que

Pela natureza das coisas está excluída, primeiro, onde predomina a produção voltada para o valor-de-uso, para o consumo próprio e imediato; segundo, onde a escravatura ou a servidão constitui a extensa base da produção social, como na Antiguidade e na Idade Média: o domínio das condições de produção sobre os produtores está aí implícito nas relações entre senhores e servos, as quais parecem ser e evidentemente são as molas diretas do processo de produção. Nas comunidades primitivas, onde reina comunismo natural, e mesmo nas antigas comunidades urbanas são as próprias coletividades com suas condições que se apresentam como a base da produção, que tem por fim último reproduzi-las. Mesmo nos grêmios medievais, nem o capital nem o trabalho se patenteiam livres; suas relações aparecem determinadas pelo sistema corporativo, pelas vinculações do sistema e pelas correspondentes ideias de obrigações de ofício, mestría, etc. Só ao chegar o modo capitalista de produção é que... (Marx, 1985a, p. 954).

³ Para citações referentes ao livro I de *O Capital*, serão usados ora a edição da Bertrand Brasil (Marx, 1989), ora a da Nova Cultural (Marx, 1996a; 1996b), quando se julgar que determinada tradução acolhe de forma melhor os argumentos ali desenvolvidos.

Como a troca de mercadorias e as relações mercantis já existiam em outras formações sociais, o que interessava a Marx era apreender o que havia de específico na sociedade capitalista, pois as trocas de mercadorias não foram capazes de alterar estruturalmente as sociedades anteriores. Nas palavras de Lukács,

o que importa aqui é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade. Portanto, a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade não pode ser tratada como uma simples questão quantitativa – conforme os hábitos modernos de pensamento, já reificados sob a influência da forma mercantil dominante (Lukács, 2003, p. 194).

Os fundamentos sociais que explicam a produção de mercadorias ficam obscurecidos e as relações sociais aparecem como relação entre coisas. É de se notar que Marx não estava em momento algum creditando esse fenômeno às vicissitudes da mente humana, mas sim ao caráter específico do sistema social capitalista que, pela sua natureza anárquica, subverte a ordem como as relações entre os homens e entre as coisas aparecem. Eis a pergunta que ele faz: “O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta, ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?” Em seguida responde, como se óbvio fosse, que a explicação está na mercadoria: “Dessa própria forma, claro” (Marx, 1989, p. 80). É evidente que nada há de óbvio no fetichismo da mercadoria, como ele admite por diversas vezes, e a expressão “claro” aparece ali talvez como um protesto contido de Marx quanto à indolência do homem prático que vive sem refletir sobre sua vida. Por isso, eles igualam valores, e não os seus trabalhos; “fazem isto, sem o saber”. (*ibidem*, p. 82). Os agentes econômicos são vítimas de uma fantasmagoria em que o caráter social do trabalho é apresentado como qualidade material dos produtos.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (Marx, 1989, p. 81).

Fica obscurecido que o fetichismo da mercadoria é resultado de um desenvolvimento histórico-social, interessando aos donos de mercadorias apenas o quanto podem receber por elas. Por isso, sendo essas proporções fixadas pelo costume, a aparência que se manifesta é a de que as equivalências se baseiam na

própria natureza dos produtos do trabalho. “O que é verdadeiro apenas para essa determinada forma de produção, a produção de mercadorias [...] parece aos produtores de mercadorias como algo natural e definitivo” (*ibidem*, p. 83). Com isso, a produção capitalista de mercadorias adquire aparência aistórica, fazendo com que as formas sociais estabelecidas não apareçam como produtos históricos. Este é mais um traço distintivo entre o método dos clássicos e o de Marx, conforme será tratado mais adiante. Como resume Rubin,

a atenção dos economistas clássicos estava dirigida à descoberta das bases técnico-materiais de formas sociais que eles tomavam como dadas, e não sujeitas à análise posterior. O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo técnico-material a um dado nível e desenvolvimento das forças produtivas (Rubin, 1987, p. 56).

Recusando-se a enfrentar direta e precocemente um sistema de conexões turvas, Marx levaria a termo constantes adiamentos do que considerava sua maior contribuição à causa proletária: seu livro sobre Economia Política. Se é verdade que Marx não tinha, quando dos seus primeiros contatos com a Economia Política, consciência das dificuldades que enfrentaria, é verdade também que o rigor que ele aplicava aos seus estudos não permitiria que ele publicasse sua *magnum opus* antes de se sentir preparado para tal. Isto significava para Marx não somente já ter empreendido as investigações mínimas necessárias, com os devidos levantamentos de informações e estatísticas, coleta e compilação dos dados de forma a descobrir todas as determinações categoriais do objeto, mas também encontrar uma forma de exposição que não anulasse suas descobertas, que fosse capaz de reproduzir idealmente a realidade.

No final de 1844, o jornalista radical Heinrich Bürgers atesta que Marx tinha iniciado “investigações profundas no campo da Economia Política com um projeto de escrever uma obra crítica que iria refundar a ciência econômica” (Musto, 2011, p. 35). Apesar do apelo de Engels, em sua primeira carta a Marx, escrita no início de outubro de 1844, insistindo para que ele se assegurasse de publicar o mais rápido possível o material que tinha coletado, pois, dizia ele, “já está mais do que na hora!” (Marx e Engels, 1982, p. 6), Marx só publicaria sua primeira obra nesse campo em 1859, com a *Contribuição*.

Uma carta de Marx escrita a Lassalle em 22 de fevereiro de 1858 esclarece os motivos de ordem científica para que tivesse adiado tantas vezes o seu projeto:

Na verdade, tenho trabalhado nos estágios finais há alguns meses. Mas a coisa toda prossegue muito vagarosamente, pois assim que se pensa em alguns assuntos, que foram estudados durante anos, já fo-

ram tratados, eles começam a revelar novos aspectos que exigem tratamento mais detalhado [...] (Marx e Engels, 1983, p. 270).

Além dos obstáculos representados pelo seu engajamento no embate político e pelos problemas financeiros e de saúde, era preciso invocar as forças de uma ciência que tivesse compromisso com o real, “aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1985a, p. 939).

3) O itinerário teórico de Marx: método de investigação *versus* método de exposição

A *Contribuição à crítica da Economia Política (Contribuição)*, em 1859, foi antecedida por um prefácio em que Marx descreve sua trajetória teórica desde os tempos da *Gazeta Renana*. Desistindo do projeto de escrever um tratado metodológico, opta pelo referido prefácio, em detrimento da clássica *Introdução de 1857* – texto que começou a escrever em 23 de agosto de 1857 e concluiu em meados de setembro. Justifica-se da seguinte forma:

Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral (Marx, 1986a, p. 24).

O prefácio, datado de janeiro de 1859, não deixa de ter contornos metodológicos, na medida em que também contém um resumo dos “princípios metodológicos estruturantes do projeto marxiano, sob a forma tanto da centralidade das determinações materiais da vida social quanto do conceito de modo de produção” (De Paula, 2010, p. 90). Por isso, ele aparece como um “convite metodológico”, ao mesmo tempo uma espécie de advertência, onde Marx deixa claro ao leitor que, se desejar segui-lo, deve antes observar que a trilha metodológica inerente à sua teoria impõe que se percorram as mesmas etapas que seu autor percorreu, um caminho que vai do particular para o geral (Marx, 1986a, p. 24). Ou seja, o método dialético de Marx só pode ser apreendido simultaneamente à leitura de suas obras, especialmente *O capital*⁴.

De forma semelhante, o problema é traduzido por Marx no prefácio da edição francesa de *O Capital*, escrito em 18 de março de 1872, quando diz: “Não há

⁴ “O mais conhecido exemplo de aplicação do método de Marx é seu exame crítico do capitalismo em *O Capital*” (Fine e Saad Filho, 2010, p. 5).

entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (Marx, 1996a, p. 143). Do ponto de vista do processo de constituição da crítica da Economia Política de Marx, não é possível estabelecer previamente o ponto de chegada da dinâmica do conceito, pois é apenas no decurso do seu próprio movimento que a realidade torna-se passível de apreensão.

É controversa a questão do quanto Marx teria, de fato, abandonado, por inconveniente ou equivocada, a elaboração de uma introdução metodológica à crítica da Economia Política, seguindo a prescrição hegeliana de que o modo correto de expor o método é o que resulta da exposição do conceito em sua odisseia, em suas sucessivas metamorfoses que perfazem o caminho do abstrato ao concreto, da totalidade simples à totalidade complexa. De todo modo, mesmo depois de dizer, no prefácio de 1859, que teria abandonado o projeto de exposição metodológico, suas correspondências revelam que esse plano nunca foi afastado inteiramente.

Porém, se a partir de 1859, essa convicção pode ser atribuída à sua herança hegeliana, ao seu conhecimento do método dialético, não se pode dizer que Marx tivesse total consciência dessa questão em 1842, quando enfrentava o que para ele eram novas e complexas questões do mundo material.

Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas (Marx, 1986a, p. 24).

Marx já tinha lido Hegel antes⁵, mas parece atribuir importância decisiva ao fato de ter feito uma releitura da *Ciência da Lógica*, como informa a Engels em carta de 16 de janeiro de 1858: “Quanto ao método de elaboração do material, me

⁵ Sobre o conhecimento anterior que Marx tinha de Hegel, mencione-se não apenas o conhecimento da Filosofia do Direito daquele autor expresso nas suas duas críticas escritas em 1843, *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* e *Introdução - Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, como também o conhecimento da *Ciência da lógica* expresso na *Miséria da filosofia*, quando se arroga a condição de corrigir o “hegelianismo defeituoso” de Proudhon. Em carta a Schweitzer, diz Marx: “Durante minha estância em Paris, em 1844, travei conhecimento pessoal com Proudhon. Menciono aqui o fato porque, em certa medida, sou responsável pela sua *sophistication*, como os ingleses chamam à adulteração de mercadorias. Em nossas longas discussões, que frequentemente duravam noites, contagiei-o, para grande desgraça sua, com o hegelianismo que, por seu desconhecimento da língua alemã, não podia estudar a fundo” (Marx, 2009, p. 260).

foi de grande utilidade o fato de, por casualidade (*by mere accident*), ter novamente folheado a Lógica de Hegel” (Marx e Engels, 1983, p. 249). E a casualidade se deu porque Freiligrath, um poeta radical, seu companheiro de militância política, “encontrou alguns livros de Hegel que haviam pertencido a Bakunin e os enviou para mim como presente” (*ibidem*).

Reveste-se de maior significado o fato de Marx, referindo-se à *Contribuição*, escrever carta a Engels em 29 de novembro de 1858, apontando a mercadoria como ponto de partida:

Finalmente: a primeira parte resultou mais importante porque, dos dois primeiros capítulos, o *primeiro*, *A mercadoria*, não estava redigido em absoluto no projeto inicial, e o *segundo*, *Dinheiro*, ou *Circulação simples*, não estava escrito senão esquematicamente, e depois foram tratados com mais detalhes que eu pensava a princípio [...] (*ibidem*, p. 358).

Interessante notar que, muito tempo depois, a ênfase que Marx confere à mercadoria como ponto de partida nas *Glosas Marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolph Wagner*, de 1880 – considerado por muitos o último texto econômico de Marx – dá a impressão que esta questão não tivesse sido para ele tão problemática no passado a ponto de consumir tantos anos de pesquisa: “De início, eu não começo nunca dos ‘conceitos’, nem, por isso mesmo, do ‘conceito de valor’, [...] Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a ‘mercadoria’” (Marx, 1977, p. 176).

Advirta-se, porém, que, embora a mercadoria tenha se tornado o ponto de partida da exposição teórica de Marx, a sociedade capitalista permanece como seu objeto principal de pesquisa por toda a sua vida. Na verdade, a descoberta da mercadoria como ponto de partida é legatária da busca incansável de Marx por desvendar os segredos do modo de produção capitalista. Com efeito, a mercadoria como ponto de partida não foi, para Marx, resultado de uma ação arbitrária. Ela ali foi posta justamente porque ele, como investigador, não estabeleceu *a priori* a lógica de exposição do objeto. Antes, acompanhando o objeto, encontrou nele a lógica que permitiu colocar a mercadoria naquela posição.

Marx, ao escolhê-la, estava aplicando o que aprendera com Hegel ao recorrer à ideia da totalidade. A mercadoria como ponto de partida, não é uma escolha arbitrária. Ela, como célula elementar do capitalismo, constitui uma totalidade simples, uma categoria ontológica, que contém em si própria, ainda que num patamar altamente abstrato, toda a trama de relações e contradições existentes na sociedade capitalista. Marx não arbitrou uma forma de começar a ciência, nem formulou uma introdução metodológica, ainda que tenha cedido parcialmente à tentação com *A Introdução de 1857*.

Faz todo sentido, pois, que Marx, no posfácio à segunda edição alemã de *O Capital* de 24 de janeiro de 1873, use da distinção entre método de investigação (ou método de pesquisa) e método de exposição para responder aos críticos do seu método dialético. Adverte ele que os resultados de sua pesquisa poderiam aparecer como uma “construção *a priori*” e que, por isso

é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (Marx, 1996a, p. 140).

Para além de resgatar a diferenciação entre método de investigação e método de exposição, o que essa discussão pretende é realçar que, embora superficiais e descabidas, as contestações quanto à originalidade do método de Marx devem se situar no âmbito do primeiro. Desde a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, Marx colocava em prática uma técnica de estudo aprendida ainda nos seus anos de Universidade que era copiar trechos de outras obras e, logo após, expor seus comentários críticos. Durante os anos de extensa pesquisa, Marx teve por prática examinar quaisquer fontes de informação, dados e estatísticas que julgasse relevantes para a sua pesquisa. Fazia parte do processo de construção da sua própria teoria o diálogo com outras estruturas teóricas, o confronto, a incorporação, a rejeição e a suprassunção. Nesse sentido, a distinção feita entre investigação e exposição, contribui para clarear não apenas a originalidade do seu método de exposição, como também o momento em que Marx se sente pronto para expor sua teoria, que foi quando sua crítica finalmente suprassumiu o objeto da Economia Política.

4) Marx com e contra os clássicos: o emblemático caso da mais-valia

Sem desconsiderar que a *Contribuição* representou uma tentativa de exposição da teoria, seria em *O Capital*, com método dialético já refinado, que Marx finalmente se distinguiria dos economistas que ele leu. Referindo-se, por exemplo, à mais-valia,⁶ diz que “A Economia clássica, devido à análise deficiente do processo de trabalho de valorização, nunca compreendeu adequadamente esse importante momento da reprodução, como se pode ver em Ricardo” (Marx,

⁶ Por limitação de espaço, o presente artigo não descreve a trama categorial que levou Marx a descobrir a mais-valia, nem também a forma como, metodologicamente, essa categoria é apresentada em *O capital*. Sobre isso, consultar Teixeira (2014).

1996b, p. 239). Não conseguiram apresentar uma teoria em que a descrição do processo de reprodução global do capital ultrapassasse os limites dados pela ótica do agente econômico; daí, portanto, a “arquitetônica errônea da obra de Smith e Ricardo, que são incapazes de revelar a articulação das categorias no próprio movimento do valor” (Muller, 1982)⁷, permanecendo eles como “prisioneiros da aparência”. Por isso, diz Marx sobre a Economia Política clássica:

Ainda assim, mesmo seus melhores porta-vozes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos no mundo da aparência que sua crítica extinguiu e, por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconsequentes, semiverdades e contradições não-solucionadas” (Marx, 1985b, p. 280).

Segundo Marx,

a coisa muda de figura tão logo consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social (Marx, 1996b, p. 204).

Mais adiante, em citação semelhante, Marx qualifica melhor seu argumento ao trazer à luz a categoria da totalidade que, no universo capitalista, estaria definitivamente distante da percepção individual dos agentes. Diz ele:

Todavia, a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade, a classe capitalista e, diante delas, a classe trabalhadora. Mas com isso aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias (Marx, 1996b, p. 220).

Era evidente, para Marx, que as duas perspectivas de análise, a individual e a global, precisavam ser consideradas, num movimento de imbricação em que uma determina e é determinada pela outra. O que os agentes econômicos notavam, a olho nu, eram as trocas acontecidas entre indivíduos em um determinado período de tempo e no âmbito de uma sociedade anárquica, sem controle

⁷ Como o acesso ao texto de Muller se deu apenas pelo site indicado nas referências bibliográficas, onde não há demarcação de páginas, as citações serão acompanhadas apenas do ano.

central. Este é o padrão de medida. As trocas não acontecem entre as classes de forma global, isto é, toda a classe capitalista comprando de forma coordenada de toda a classe proletária ou vice-versa.

Esta exposição que Marx faz no *Capital*, vital para que se entenda a produção e a distribuição da mais-valia, parece ser um desdobramento da análise feita por ele na *Introdução de 1857* em que, já na seção primeira, argumenta que produção e distribuição não são esferas isoladas, mas constituem partes de um todo orgânico. Os economistas burgueses acertaram em perceber produção e distribuição como esferas da vida material, mas não foram capazes de incluí-las na mesma totalidade. Na seção seguinte, prossegue no argumento protestando contra o procedimento seguido por John Stuart Mill, que separou indistintamente essas esferas: “o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma mesma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (Marx, 1986b, p. 13). Para Marx, era imperativo que essas esferas se mostrassem articuladas organicamente, por um procedimento dialético, “mediante a exposição de um silogismo em que a produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão” (*ibidem*, p. 7). A estrutura econômica só pode ser apreendida por um procedimento que reconheça não somente esse encadeamento lógico, mas principalmente as determinações reais que expressam a impossibilidade de cada esfera ser autônoma e independente das outras. Significa dizer que “produção é também consumo; que produção é distribuição; que troca é circulação, e que troca é produção” (De Paula, 2010, p. 99).

Apesar das insuficiências dos clássicos⁸, Marx não deixa de reconhecer os avanços teóricos proporcionados por eles através da temática do trabalho. Desde a obra de Engels, *Esboço de uma Crítica da Economia Política* – qualificada por Marx no prefácio da *Contribuição* como “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 1986a, p. 26) – as contribuições dos clássicos já são consideradas:

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fos-

⁸ Reconhecendo a cientificidade da Economia Política clássica, Marx estabelece diferença entre esta ciência e a economia vulgar: “E para esclarecer de uma vez por todas, entendo como Economia Política clássica toda economia desde W. Petty que investiga o nexo interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexo aparente, ruma constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos, por assim dizer, mais grosseiros e para o uso caseiro, da burguesia, e limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as ideias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam sobre seu mundo, para eles o melhor possível” (Marx, 1996a, p. 206).

se subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesmas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana (Engels, 1979, p. 3).

A economia clássica, que coloca o trabalho como elemento criador de riqueza, oferece o elemento a partir do qual a riqueza é dessacralizada, tornando possível uma crítica ao regime de propriedade privada, e também o confronto da mistificação que acometia mercantilistas e fisiocratas. Por isso, diz Marx:

O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, à medida que reduz os juros a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de tal modo que ambos coincidem na mais-valia (Marx, 1985b, p. 280).

Em suma, diria Marx, os economistas clássicos tiveram méritos, pois deram o alerta, anunciaram o advento de um novo tempo, porém, erraram ao extrapolar para o plano global aquilo que, apesar de ser uma manifestação fenomênica verdadeira, precisaria ser articulado dentro de uma totalidade visando trazer a essência à tona.

Os clássicos, na visão de Kofler, foram vítimas da individualização e atomização crescentes do processo social, pois “em nenhuma sociedade pôde o fenômeno da função fragmentadora do entendimento colocar-se como problema com tanta radicalidade quanto na sociedade [burguesa]” (2010, p. 98 e 100). Referindo-se às sociedades pré-capitalistas, Kofler esclarece que

elas se caracterizam pelo fato de, no âmbito das relações entre os homens e como resultado da relativa transferência do processo econômico, fenômeno e essência coincidirem em maior ou menor medida, ou, pelo menos, exibirem uma relação recíproca mais simples e imediata [...] justamente por isto tampouco existiu uma oposição essencial entre o pensamento fragmentador e o pensamento da totalidade (Kofler, 2010, p. 97).

Na sociedade capitalista, “surgem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico” (Lukács, 2003, p. 72). A mais-valia, como que por excelência, se vale da

sua tendência a dissimular-se, de ficar oculta e imperceptível àqueles que repousarem seus olhos nas relações acontecidas entre indivíduos. Por isso, diz Marx:

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham (Marx, 1996a, 293).

Marx nunca tratou as categorias econômicas como algo óbvio. No nível em que se encontrava como pesquisador, extrair essas categorias diretamente da sociedade, era lidar com o que ele veio a chamar na *Introdução de 1857* de um “todo caótico”. Com efeito, o estudo do sistema capitalista precisaria de uma ferramenta especial, diferente, que fosse inédita em sua aplicação na Economia Política. Não seria correto olhar diretamente para a realidade complexa capitalista e extrair dela, aleatoriamente ou não, conscientemente ou não, as categorias mais representativas.

Como já dito, as categorias não estariam em compartimentos estanques cada uma delas esperando a sua vez de ser analisada. Não estariam numa sala de espera em que impreterivelmente cada uma delas seria chamada no devido tempo para sofrerem a devida análise. Por isso que, quando se olha para a obra madura de Marx, especialmente *O capital*, o que se verá é uma obra que, embora dividida em capítulos com seus respectivos títulos, será perpassada em todo o seu conjunto pelas mesmas categorias. Uma categoria como o valor não ficará restrita aos capítulos iniciais, mas, como alma que transpassa paredes, pulará de um capítulo para o outro, indo e voltando sempre, para atender as exigências de um método que precisa seguir o objeto como ele é e como ele se apresenta em suas determinações internas. Foi a descoberta desse método – método aqui entendido não como um conjunto de regras epistemológicas – que conferiu a Marx condições de dar o salto para fora do campo *strictu sensu* da Economia Política. Prescindir desse método seria abrir mão de compreender a realidade capitalista.

Vale ressaltar a complexidade da missão a que Marx se entregou. Tratava-se primeiramente de se apoderar de um método que lhe permitisse superar as limitações conferidas à “natureza específica da capacidade humana de pensar, à estrutura do entendimento” (Kofler, 2010, p. 81-2). Não era uma questão nova. Como indica Kofler, Vico já tinha observado a tendência que o entendimento tem de fragmentar a realidade unitária, o que o levou a descobrir o significado metodológico da totalidade. Nesse sentido, não surpreende o fato de Marx, em maior ou menor grau, ter como pano de fundo de suas análises a questão do método,⁹ exercício que expressava o esforço de um teórico que se preparava não

⁹ Isto é um traço característico do projeto de elaboração de uma crítica específica que tem como ponto de partida a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, de 1843.

somente para refutar ou incorporar os economistas clássicos, mas, principalmente, para fazer uma crítica interna que fosse ao mesmo tempo apropriação e supressão.

Em 1844, em meio a seus primeiros estudos de Economia Política, Marx escreve em Paris, um conjunto de nove cadernos com notas, seguidas de comentários críticos, referentes às obras de Smith e Ricardo, além de autores como Jean-Baptiste Say e James Mill.

Insista-se na peculiaridade do projeto de Marx, que já se insinuava autônomo em relação aos clássicos e que desembocaria não numa continuidade ou no aperfeiçoamento da Economia Política clássica, mas na instauração da crítica da Economia Política. Na *Introdução de 1857*, Marx diferencia o método dos economistas do século XVII e o dos economistas dos séculos XVIII e XIX. Os primeiros usam grandes constelações tais como população, nações, trocas entre nações e chegam, pela abstração, ao que Marx chama de “relações gerais abstratas”, que são categorias como divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. Por esse método, o olhar parte de cima para baixo, onde se vê uma massa amorfa, a população, por exemplo, como algo difuso, e depois vai percebendo a existência daquelas categorias. Assim, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas [...]” (Marx, 1986b, p. 14). O método correto, para Marx, é o dos economistas do século XVIII e XIX, que começam inversamente, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (*ibidem*). Partem de categorias como a divisão do trabalho, valor, dinheiro, capital e outras, que são “as determinações abstratas [que] conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (*ibidem*).

Entretanto, apesar de Marx indicar este último como o método correto, como método científico, ele se mostrava insuficiente para um teórico que desejava fazer uma crítica para a qual a mera aplicação de princípios dedutivos não seria suficiente. Era, portanto, do ponto de vista de Marx, correto, mas insuficiente, pois produzia um conhecimento abstrato incapaz de atender ao projeto de sua crítica, que intentava apreender o modo de ser da sociedade capitalista, o que requeria caminhar em direção ao todo. Os clássicos, com suas abstrações, produziam conhecimentos isolados, pertencentes à esfera fenomênica, sem articulação com quaisquer processos de totalização. Esse proceder levaria fatalmente a arbitrariedades pois, se “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (*ibidem*), a cada instante teriam os clássicos que eleger novos pontos de partida.

Era, sim, necessário “fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1986b,

p. 14). Entretanto, o método que faria de Marx não um economista, como os clássicos, ou um filósofo, como Hegel, mas um crítico da Economia Política, não poderia ser tributário de determinados defeitos. É certo que Marx reconhece os serviços prestados no campo metodológico pela Economia Política dos séculos XVIII e XIX. Porém, reivindica que o método deles seja modificado para sanar as arbitrariedades pela incorporação da concepção hegeliana do concreto, por sua vez também modificada. Se, por um lado, o conhecimento fragmentado da realidade foi abstraído do todo pelo pensamento, por outro, essas abstrações precisam ser rearticuladas ao todo concreto e, nesse sentido, era imprescindível recorrer a Hegel, “e exigir que o ponto de partida da ciência fosse inteiramente legítimo, isto é, não arbitrário, perfeita presentificação do universal, da generalidade [...]” o que implicava na “ideia de totalidade, inteiramente estranha ao seu [dos clássicos] universo conceitual” (De Paula, 2010, p. 104).

Referindo-se aos clássicos, Marx diz, em 1865,¹⁰ que as verdades científicas por eles legadas precisariam ser depuradas, pois elas “serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (Marx, 1986c, p. 158). Quanto ao método analítico usado por eles, acentua que “a economia clássica procura pela análise reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre si, à unidade intrínseca delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentes umas das outras,” (Marx, 1985c, p. 1538) através de generalizações mentais, em que algumas categorias são arbitrariamente escolhidas para análise posterior, por possuírem relações ou propriedades comuns, como por exemplo, o trabalho, o salário, os juros, etc.

Algumas linhas adiante, Marx acrescenta:

A economia clássica não tem interesse em analisar como nascem as diferentes formas, mas em convertê-las, pela análise, à unidade delas, pois parte dessas formas como pressupostos dados. Mas a análise é o requisito indispensável para se revelar a gênese, para se compreender o processo real de formação nas diferentes fases. Por fim, a economia clássica é falha e carente ao conceber a *forma básica do capital* – a produção destinada a se apropriar do trabalho alheio – não como forma *histórica* e sim como *forma natural* da produção social [...] (Marx, 1985c, p. 1538).

Como assinala Muller,

¹⁰ Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta fala de Marx se deu durante conferência por ele proferida em duas sessões do Conselho Geral da Associação, em 1865, que depois foi reunida na obra *Salário, Preço e Lucro*.

não sabendo utilizar o método genético, a economia política burguesa toma as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas econômicas em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais (Muller, 1982).

Em relação a Hegel, tratava-se de recorrer a ele “para legitimar os procedimentos metodológicos da Economia Política” (De Paula, 2010, p. 102), através do uso do seu conceito de totalidade que não fosse o resultado da absolutização do espírito. Se em Hegel quem totaliza é a ideia, a consciência, o espírito, em Marx quem faz a totalização é o ser social, concretamente, no viver. É no processo mesmo de viver, de experimentar e de interagir, que o ser social transforma o mundo. Enfim, em Hegel está a categoria da totalidade, que pode retirar o vício dos economistas clássicos de sempre incorrer em arbitrariedades, mas que, segundo Marx, não era apropriada para dar conta do processo da gênese do concreto, que não podia estar assentado em bases idealistas. Por isso, diz Marx,

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (Marx, 1986b, p. 14-5).

Em suma, a simples apropriação de Hegel por Marx não daria a este condições de fazer a suprassunção da Economia Política. Como um teórico que não queria fazer simplesmente fazer mais do mesmo, ou seja, ser mais um economista político, mas que queria, por outro lado, era fazer a crítica da Economia Política, mostrava-se necessário buscar outro caminho, o caminho de uma crítica centrada em determinações materiais que não se posta externamente ao objeto, mas que caminha com ele. Se assim não fosse, o resultado daquela forma de fazer ciência seria a naturalização do que é histórico, sacralizando as relações sociais de produção burguesas como se perfeitas e eternas fossem.

O método “correto” dos economistas clássicos não atenderia aos propósitos de Marx, pois seu objetivo era mais amplo: tratava-se de descobrir as leis que explicam a gênese, o desenvolvimento, a crise e o colapso da sociedade capitalista. Por isso, como diz De Paula, “o projeto marxiano não busca ser uma versão mais bem acabada da Economia Política, senão que pretendeu ser a sua “suprassunção”, ser uma *crítica da economia Política*”. (De Paula, 2010, p. 103). Ou, como diz Heinrich,

Em termos da substância de sua teoria, Marx é visto como um representante da escola clássica que encerra conclusões diferentes de Smith e Ricardo [...] Todavia, como o subtítulo de *O Capital* deixa claro, a intenção de Marx não foi fornecer uma “economia política” alternativa, mas uma “crítica da economia política (Heinrich, 2004, p. 33).

Dito de outra forma, Marx percorre as etapas da Economia Política, perfaz o caminho dos seus representantes, para poder mais à frente sair dela. Ele mostra o caminho incorreto, o dos economistas do século XVII, mostra o correto, o dos economistas dos séculos XVIII e XIX, e mostra, ao final, que o seu método não era nem um nem outro. Marx, pressentindo que o caminho seria tortuoso, cheio de rugosidades, desiste de publicar o seu plano de viagem: *A Introdução de 1857*. Por isso, como que anunciando uma exitosa chegada ao destino, ele ilustra a ciência como cimos luminosos, alcançável apenas depois de se trilhar um caminho permeado de escarpas abruptas (Marx, 1996a, p. 143).

Marx, portanto, se diferencia dos economistas políticos não somente porque contesta suas ideias ou simplesmente por ter apresentado sua interpretação sob outro enfoque, mas por ter se colocado no terreno da Economia Política munido dos recursos legados pela tradição filosófica alemã, especialmente sob a influência de Hegel, que lhe permitiria mais adiante, aplicando método inovador, colocar a mercadoria como ponto de partida e, assim, iniciar a exposição de sua crítica.

Qualifique-se melhor o argumento já exposto sobre o Marx que “sai” da Economia Política. É verdade que, “ao se aproximar, como já foi dito, a partir de 1842, das fontes da Economia Política inglesa, Marx se aproximava também da tradição empirista” (Vaz, 1983, p. 151). Porém, deve-se reiterar que seu afastamento do empirismo não consistia numa rejeição de sua cientificidade – até porque ficou evidente para Marx o quão fundamental fora aquela aproximação para a evolução dos seus conhecimentos sobre a sociedade capitalista – mas era parte de um movimento dialético, em que deles se afasta por já tê-los incorporado naquilo que lhe tinha sido útil e até imprescindível, para, mais a frente, continuar sua trajetória, porém por uma perspectiva distinta.

O método de Marx propugnava acompanhar o objeto em seu desenvolvimento, envolver-se com ele, investiga-lo, descobrir suas determinações essenciais, o que era estranho ao método dos clássicos, que, por sua vez, se mantiveram reféns da unidimensionalidade dada pela perspectiva externa ao objeto, pela aparência. Era necessário, pois, se preparar para perseguir o objeto e, depois de encontrá-lo, dar o devido tratamento, “desenvolver as suas determinações categoriais a partir do seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado” (Muller, 1982), considerando que o objeto estaria sempre em movimento e inacessível aos recursos

típicos das ciências naturais, que isolam o objeto e protegem-no das influências externas¹¹.

Daí, entender o método é essencial, pois foi justamente a ausência dessa compreensão que, nas palavras de Lukács, alimentou a compreensão da teoria social de Marx como uma elaboração predominantemente epistemológica, com o consequente abandono ou “negligência da crítica da Economia Política e sua substituição por uma economia simples entendida como ciência no sentido burguês” (Lukács, 2012, p. 260). É nesse sentido que se vai defender o caráter original da crítica de Marx, como uma crítica ontológica que, se compreendida, poderia permitir uma compreensão mais profunda de aspectos do capitalismo contemporâneo que ficam ocultos aos instrumentos da economia convencional, conferindo à teoria econômica de Marx o seu real valor.

Vale registrar como a não compreensão daquele caráter ontológico tem incidência nos currículos dos cursos de economia, e também nos manuais de história do pensamento econômico, onde Marx aparece em seções bastante específicas nestes, e em disciplinas optativas e desvinculadas das demais naqueles. No dizer de Lukács, “a economia do Marx maduro pareceu à ciência burguesa e aos modos de consideração por ela influenciados, inclusive entre adeptos do marxismo, uma ciência particular” (2012, p. 250). Note que esse ponto de vista já estava presente no Lukács de 1923: “os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão em número e em relações de número. Os oportunistas jamais se dão conta de que faz parte da essência do capitalismo produzir os fenômenos dessa maneira” (Lukács, 2003, p. 71-2).

O lugar de destaque dado pelo próprio Marx à sua teoria da mais-valia em relação ao conjunto de suas descobertas realça o quanto central ela foi. Não somente faz afirmação direta sobre isto, conforme citações já feitas aqui anteriormente, como, após tê-la descoberto nos *Grundrisse*, sente-se preparado para confrontar seus opositores nas *Teorias da Mais-Valia*, de 1861-1863 através de extenso estudo crítico sobre a história do pensamento econômico. Efetivamente, a teoria da mais-valia coincide com o próprio momento chave de instauração da crítica da Economia Política. Ou seja, a teoria da mais-valia permite a Marx, ali nos *Manuscritos de 1861-1863*, se confrontar com os principais autores de Economia Política, superando o máximo do pensamento crítico burguês representado pela Economia Política clássica.

¹¹ No prefácio à 1ª edição de *O Capital*, Marx adverte: “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos [...] O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (Marx, 1996a, p. 130)

Considerações finais

Apesar de a Economia Política clássica ter avançado em relação aos fisiocratas ao compreenderem o excedente em termos de valor – trabalho transferido ao produto – e não em termos físicos, permanecia sem explicação o enigma da conciliação entre troca de equivalentes e valorização do capital, que só seria resolvido com a proclamação feita por Marx do advento de uma mercadoria singular, a força-de-trabalho, como a única capaz de criar valor. Com isso, Marx abstraía a mais-valia de suas formas particulares, representadas pela renda da terra, lucro e juros, que seriam analisadas no livro III.

Em relação aos objetivos da Economia Política, a proposta de Marx era muito mais profunda, além de radicalmente original em sua essência. Ele não negava a aparência como uma das dimensões do real, mas também não era envolvido e contido pelo seu caráter dissimulador. Böhm-Bawerk, um insuspeito detrator de Marx, dá o seguinte parecer sobre a obra marxiana: “[...] sua força criadora prova-se no fato de ele conseguir fazer acréscimos originais à ideia, assim construindo uma doutrina viva e coerente” (Böhm-Bawerk, 2010, p. 28).

Os acréscimos originais à ideia, como citado acima por Böhm-Bawerk, são, na verdade, o resultado de uma iniciativa sem precedentes na forma de aplicar o método dialético no conjunto das relações materiais da sociedade. Marx incorporava os clássicos, mas se negava a permanecer prisioneiro da aparência, incapaz de superar o caráter mistificado do modo de produção capitalista, “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas” (Marx, 1985b, p. 280).

Com efeito, Marx entra na seara dos clássicos, mas lá não permanece. Ou, dito de outro modo,

ele não quis construir uma teoria que se chocasse com as teorias existentes, mas sim que pretendeu reconstruir dialeticamente, com grande coerência e espírito crítico, do ponto de vista da classe trabalhadora, o material categorial e empírico produzido pela economia política clássica, o qual continha elementos de verdade entremeados de falsidades e confusões (Prado, 2012, p. 8).

Por fim, sobre a crítica da Economia Política feita por Marx, permita-se um tipo de analogia bem familiar à forma literária de Marx, a saber, as metáforas teológicas. Caminhando por terras estranhas ao longo de quarenta anos, os hebreus iam passo a passo se aproximando da nova terra que justificaria tantos anos de enfrentamento das intempéries do deserto e da hostilidade dos povos estranhos. Como na tumultuada fuga do Egito, a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* demarca a saída de Marx de terras familiares e o início de uma longa jor-

nada pelas terras da Economia Política, numa trajetória de provações que forja um crítico que se recusa a permanecer naquelas terras e que caminha resolutamente rumo a uma construção teórica original.

A caminhada no deserto é a própria negação do Egito. Mas essa negação não acontece sem que Moisés, que um dia saiu como foragido, para lá retorne e resgate os elementos de uma futura emancipação humana que o acompanharia até os limites da terra, ainda que a cada nova adversidade as facilidades do Egito fossem lembradas como alternativa de vida mais fácil. De fato, teria sido mais fácil para Marx se o objetivo fosse apenas o de se tornar mais um economista político. Isto não exigiria uma redefinição completa do objeto, no sentido hegeliano de crítica.

Marx alcança seu objetivo de vida porque, assim como Moisés – egípcio e hebreu ao mesmo tempo, que pouco a pouco perde essa dupla identidade para se transformar apenas no Moisés israelita – chega ao fim não sendo nem o Marx filósofo, nem o Marx economista, mas o Marx crítico da Economia Política.

Referências

- BACKES, Marcelo. Nota à tradução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 09-13.
- BÖHM-BAWERK, Eugen von. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2. ed., 2010.
- DE PAULA, João. A. A “Introdução” dos Grundrisse. In: _____. (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da Economia Política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 89-108.
- DE PAULA, João. A. e CERQUEIRA, H. E. A. da G. *Isaac I. Rubin e sua história do pensamento econômico*. Textos para discussão nº 469. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pequisas/td/TD%20469.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2015.
- DOBB, Maurice. Marx como economista. In: *Marx e o socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 57-95.
- FINE, Ben.; SAAD FILHO, Alfredo. *Marx's 'capital'*. Londres: Pluto Press, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Esboço de uma crítica da Economia Política*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's capital*. Nova York: Monthly Review Press, 2004.
- KOFLER, Leo. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: ensaios sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Boitempo Editorial, 2012.
- MARX, Karl. Glosas Marginales al “Tratado de Economía Política” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El Capital*. 2. ed., México: Siglo XXI, 1977, pp. 169-183.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro III, v. VI. São Paulo: Difel, 4. ed., 1985a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro III, v. III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*, livro IV, v. III. São Paulo: Difel, 1985c.
- MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986a, pp. 23-7.
- MARX, Karl. Introdução [à crítica da Economia Política]. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986b, pp. 3-21.
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986c, pp. 133-79.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. I. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 13. ed., 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. Moscou: Progress, v. 38, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. Moscou: Progress, v. 40, 1983.
- MÜLLER, Marcos L. Exposição e método dialético em O Capital. In: *Boletim SEAF*, n. 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982. Disponível em: <<http://orientacao-marxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.
- MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à Economia Política: dos estudos de 1843 aos *Grundrisse*, *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 33, 2011, pp. 31-65.
- PRADO, Eleutério F. S. *Do dinheiro ao capital*. Artigo 19, 2012. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/11/marx-do-dinheiro-ao-capital.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015.
- RUBIN, Isaac. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- TEIXEIRA, Adriano L. A. *A Genealogia da mais-valia: Filosofia, Economia e crítica*

Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!

da Economia Política. Tese de Doutorado. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014, 224 p.

VAZ, Henrique. L. Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx, *Revista Nova Escrita*. São Paulo, ano V, n. 11/12, 1983, pp. 147-60.

Recebido em 26 de abril de 2019
Aprovado em 28 de junho de 2019